

Raios de São Francisco  
V Energias Renováveis  
SA

**Demonstrações financeiras individuais em  
31 de dezembro de 2024**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Diretores da

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.

## Luis Correia – PI

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil] e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

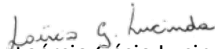
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

  
Laércio Gésio Lucinda  
Contador CRC 1SP241847/O-9

**Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA**  
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
	<b>Nota</b>	<u>                    </u>	<u>(não auditada)</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	179	40
Pagamentos antecipados	<b>6</b>	94	41
Outras contas a receber de partes relacionadas	<b>7</b>	<u>841</u>	<u>-</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.114</b>	<b>81</b>
 <b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	<b>8</b>	1.654	1.204
Direito de uso – Arrendamento	<b>9</b>	<u>4</u>	<u>5</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.658</b>	<b>1.209</b>
 <b>Total do ativo</b>		<u><b>2.772</b></u>	<u><b>1.290</b></u>
 <b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e outras contas pagar	<b>10</b>	2	21
Salários e ordenados a pagar		-	1
Outros tributos a recolher		17	20
Arrendamentos a pagar	<b>9</b>	2	2
Outras contas a pagar com partes relacionadas	<b>7</b>	<u>497</u>	<u>306</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>518</b>	<b>350</b>
 <b>Patrimônio líquido</b>	<b>12</b>		
Capital Social		2.617	1.112
(-) Prejuízos acumulados		<u>(363)</u>	<u>(172)</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u><b>2.254</b></u>	<u><b>940</b></u>
 <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>2.772</b></u>	<u><b>1.290</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Raios de São Francisco V Energias renováveis SA**  
 Demonstrações de resultado  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditada)
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	<b>13</b>	(194)	(113)
		<hr/>	<hr/>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(194)</b>	<b>(113)</b>
Receitas financeiras	<b>14</b>	4	2
Despesas financeiras	<b>14</b>	(1)	(3)
		<hr/>	<hr/>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>3</b>	<b>(1)</b>
		<hr/>	<hr/>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(191)</b>	<b>(114)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	-
		<hr/>	<hr/>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(191)</b>	<b>(114)</b>
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Raios de São Francisco V Energias renováveis SA**  
Demonstrações do resultado abranente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(191)	(114)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b><u>(191)</u></b>	<b><u>(114)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Raios de São Francisco V Energias renováveis SA**  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital a integralizar	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023 (não auditado)</b>		<b>342</b>	-	-	<b>(58)</b>	<b>284</b>
Resultado do exercício		-	-	-	(114)	(114)
Aumento de capital em caixa		<b>15.000</b>	-	-	-	15.000
Capital a integralizar		-	(14.230)	-	-	(14.230)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)</b>		<b>15.342</b>	<b>(14.230)</b>	-	<b>(172)</b>	<b>940</b>
Integralização de capital social	<b>12.1</b>	-	1.505	-	-	1.505
Prejuízo do exercício		-	-	-	(191)	(191)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>15.342</b>	<b>(12.725)</b>	-	<b>(363)</b>	<b>2.254</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA**  
Demonstrações dos fluxos de caixa  
do período findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023 (não auditado)</b>
<b>Resultado do Exercício</b>		(191)	(114)
<b>Ajustes para:</b>			
Amortização do direito de uso – Arrendamento	<b>9.1</b>	1	-
Baixa do imobilizado		122	
<b>Resultado do exercício Ajustado</b>		<b>(68)</b>	<b>(114)</b>
<b>Variação nos Ativos e Passivos Operacionais</b>			
Pagamentos antecipados		(53)	18
Outas contas a receber com partes relacionadas		(841)	306
Fornecedores e outras contas a pagar		(19)	20
Salários e ordenados a pagar		(1)	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	18
Outros tributos a recolher		(3)	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas		191	-
Outros ativos e passivos		-	(2)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(794)</b>	<b>246</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	<b>8.1</b>	(572)	(1.091)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(572)</b>	<b>(1.091)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aporte de capital de acionistas	<b>12.1</b>	1.505	770
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>1.505</b>	<b>770</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido</b>		<b>139</b>	<b>(75)</b>
No início do exercício	<b>5</b>	40	115
No fim do exercício	<b>5</b>	179	40
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido</b>		<b>139</b>	<b>(75)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto Operacional

A Raios de São Francisco V Energias renováveis S.A. A “Companhia” é uma empresa constituída, em 08 de novembro de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda São Bernardo, s/n – Anexo Gleba 5 – Zona Rural – Luis Correia – PI.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica.

##### 1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2024, as Controladas indiretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 22 de março de 2022:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	629/2022	22/03/2022	35 anos	30,0

##### 1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas indiretas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por quantidade	6,600	166,61	IPCA	01/01/2026 a 31/12/2040	Janeiro

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Diretoria em 05 de maio de 2025.

##### 2.2. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 9 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

**2.5. Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações individuais e estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

**2.6. Moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

**2.7. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**2.8. Partes relacionadas**

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas da Companhia que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

**2.9. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**ii. Baixas**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia não realizou nenhuma baixa no exercício de 31 de dezembro de 2024, por estar em fase pré-operacional.

**2.10. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**a. Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**b. Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor Companhia de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou Companhia de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou Companhia de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

**3.13. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

**3.14. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**3.15. Arrendamentos**

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

**Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,44% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**Instrumentos financeiros**

**a. Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**b. Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Desreconhecimento**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

**3.16. Imposto de renda e contribuição social correntes**

Em 2023 e 2024 (não auditado) o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

**A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

**B. Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(não auditada)</b>
Aplicações financeiras	179	40
	<b>179</b>	<b>40</b>

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações automáticas indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação, onde tiveram um rendimento percentual de 20% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024, em 2023 aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação, onde tiveram um rendimento percentual de 92% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

**6. Pagamentos antecipados**

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(não auditada)</b>
Seguros	94	41
	<b>94</b>	<b>41</b>

**7. Partes relacionadas**

	<b>2024</b>	<b>2023</b> <b>(não auditada)</b>
<b>Ativo</b>		
Raios de Bom Princípio Holding	350	-
Raios de Bom Princípio Usina Geradora	10	-
Raios de São Francisco Holding	210	-
Raios de São Francisco Usina Geradora	100	-
Raios de São Francisco VI	10	-
Gameleira 2 Energias Renováveis	30	-
Gameleira 3 Energias Renováveis	100	-
Morada Do Sol III Energias Renováveis	31	-
	<b>841</b>	<b>-</b>

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2024</b>	<b>2023 (não auditada)</b>
<b>Passivo</b>		
Gameleira 2 Energias Renováveis	30	-
Gameleira 3 Energias Renováveis	100	100
Morada do Sol III Energias Renováveis	31	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis	50	-
Morada do Sol V Energias Renováveis	30	-
Raios de São Francisco Holding	204	42
Raios de São Francisco VI	42	164
Raios do Bom Princípio Usina G	10	-
	<b>497</b>	<b>306</b>

Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do Companhia.

#### 7.1. Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

#### 8. Imobilizado

	<b>2024</b>	<b>2023(não auditada)</b>
Imobilizado em serviço	1.654	1.204
<b>Total</b>	<b>1.654</b>	<b>1.204</b>

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. As construções estão sendo realizadas nas Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A., localizadas no município de Luís Correia, Estado do Piauí.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela companhia.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2024 não existiam indicativos de perda de valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 8.1. Movimentação do Imobilizado consolidado

	Central Solar	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022 (não auditado)	-	-
Adições	1.204	1.204
Saldo em 31 de dezembro 2023 (não auditado)	1.204	1.204
Adições	572	572
Baixas	(122)	(122)
Depreciação acumulada	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.654	1.654

#### 9. Direito de uso arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2022. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia.

<b>Ativo</b>	<b>2024</b>
Direito de Uso	4
	<u>4</u>
<b>Passivo</b>	<b>2024</b>
Arrendamentos a pagar	2
	<u>2</u>
<b>Ativo</b>	<b>2023 (não auditada)</b>
Direito de Uso	5
	<u>5</u>
<b>Passivo</b>	<b>2023 (não auditada)</b>
Arrendamentos a pagar	2
	<u>2</u>

**Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**9.1. Movimentação ativo de direito de uso**

	<u>2024</u>		
	Valor líquido 2023 (não auditado)	Amortização	Valor Líquido 2024
Direito de uso			
Arrendamento de terras	5	(1)	4
Total direito de uso	<u>5</u>	<u>(1)</u>	<u>4</u>
	<u>2023 (não auditado)</u>		
	Valor líquido 2022	Amortização	Valor Líquido 2023
Direito de uso			
Arrendamento de terras	5	-	5
Total direito de uso	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

**9.2. Movimentação do passivo de arrendamento**

	Valor líquido em 2023 (não auditado)	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 2024
<b>Passivo de arrendamento</b>				
Arrendamento de terras	2	-	-	2
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
<b>Circulante</b>	2			2
<b>Não circulante</b>	-			-
<b>Total</b>	<u>2</u>			<u>2</u>
	Valor líquido em 2022 (não auditado)	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 2023 (não auditado)
<b>Passivo de arrendamento</b>				
Arrendamento de terras	4	-	(2)	2
	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>2</u>
<b>Circulante</b>	2			2
<b>Não circulante</b>	2			-
<b>Total</b>	<u>4</u>			<u>2</u>

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Fornecedores

	2024	2023 (não auditado)
Materiais e serviços (a)	2	21
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>21</b>

#### 12. Patrimônio líquido

##### 12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito está representado por 15.342 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 15.342 – não auditado), todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2024 e 2023 (não auditado)		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
<b>Raios de São Francisco Holding</b>	15.342	15.342	100%
	<b>15.342</b>	<b>15.342</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social integralizado estava composto conforme segue:

	Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
<b>Saldo final em 2023 (Não auditado)</b>			<b>1.112</b>	<b>1.112</b>
	31/01/2024	Capital a integralizar	75	75
	04/03/2024	Capital a integralizar	200	200
	01/07/2024	Capital a integralizar	450	450
	25/07/2024	Capital a integralizar	380	380
	01/11/2024	Capital a integralizar	400	400
<b>Saldo final em 2024</b>			<b>2.617</b>	<b>2.617</b>

#### 13. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023 (não auditada)
Serviços de terceiros (*)	(188)	(113)
Manutenção	(11)	-
Despesas indedutíveis	5	-
	<b>(194)</b>	<b>(113)</b>

(\*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria, propaganda e marketing e despesas com cartório.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Resultado financeiro líquido**

	<u>2024</u>	<u>2023(não auditada)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	4	2
	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(1)	(3)
	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>
	<b>3</b>	<b>(1)</b>

**15. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

**a. Risco de mercado**

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

**b. Risco cambial**

A Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

*Análise de sensibilidade das taxas de juros*

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

31 de dezembro de 2024	Variaçã o	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	D - 25%	D - 50%
Risco de aumento das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	3,06%	3,83%	4,59%
<b>Risco de redução do ativo e passivo</b>			Sensibilidade		
	Índices	2024	Provável	D-25%	D - 50%
Aplicações financeiras		179	5	7	8

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023 (não auditado)	Variã o	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	D - 25%	D - 50%
Risco de aumento das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,87%	9,15%	-2,72%	-3,40%	-4,08%
<b>Risco de redução do ativo e passivo</b>			<b>Sensibilidade</b>		
	Índices	2023	Provável	D-25%	D - 50%
Aplicações financeiras		40	1	1	2

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

#### c. Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	2024	2023 (não auditada)
		Contábil	Contábil
<b>Ativo</b>		Nível 2	Nível 2
Aplicações financeiras	5	179	40
<b>Total</b>		<b>179</b>	<b>40</b>

#### c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

31 de dezembro de 2024	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	2	2	2	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	497	497	497	-	-
	<b>499</b>	<b>499</b>	<b>499</b>	-	-

## Raios de São Francisco V Energias Renováveis SA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023 (não auditado)	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	21	21	21	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	306	306	306	-	-
	<b>327</b>	<b>327</b>	<b>327</b>	-	-

#### 16. Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (não auditado).